Documento assinado eletronicamente por Desembargador **FRANCISCO DJALMA da Silva**, Presidente, em 03/04/2019, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato

Nº do Processo: 0000956-85.2018.8.01.0000

Nº do Termo Aditivo: Primeiro Termo Aditivo

Nº do Contrato: 51/2018

Objeto do Contrato: Tem por finalidade a Contratação de empresa de engenharia, para, sob demanda, prestar serviço de manutenção predial corretiva, com fornecimento de materiais e mão de obra, sempre que necessários, sob regime de empreitada por preço unitário, para atender às demandas existentes ou que venham a ocorrer nos imóveis do Tribunal de Justiça nas Comarcas da Capital e interior do Estado.

Valor Global Estimado: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Acre e a Tecnosol Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ltda.

Objeto e Justificativa do Aditamento: O presente termo aditivo tem por objeto renovar, com fundamento no Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, por 06 (seis) meses, o prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira do instrumento original, no período de 12 de abril de 2019 a 12 de outubro de 2019, com valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

Fundamentação Legal: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Fiscal do Contrato: titular da Gerência de Instalação ou outro servidor a ser designado pela Administração, permitida a assistência de terceiros do Tribunal de Justiça do Acre.

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato

Nº do Processo: 0008464-19.2017.8.01.0000

Nº do Termo Aditivo: Primeiro Termo Aditivo

Nº do Contrato: 06/2018

Objeto do Contrato: Tem por finalidade a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 05 (cinco) elevadores do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, sendo 03 (três) elevadores elétricos, instalados no Fórum dos Juizados Especiais Cíveis (Cidade da Justiça) e 02 (dois) elevadores elétricos, instalados na SEDE do Poder Judiciário.

Valor Global Estimado: R\$ 228.200,00 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos reais).

Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Acre e a Elevaenge Comércio e Assistência Técnica em Elevadores Ltda.

Objeto e Justificativa do Aditamento: O presente termo aditivo tem por objeto renovar, com fundamento no Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, por 12 (doze) meses, o prazo de vigência previsto na Cláusula Terceira do instrumento original, no período de 07 de abril de 2019 a 07 de abril de 2020, com valor total de R\$ 228.200,00 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos reais).

Fundamentação Legal: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Fiscal do Contrato: Titular da Diretoria Regional do Vale do Alto Acre - DRVAC do Tribunal de Justiça do Acre.

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Processo Administrativo nº: 0002542-26.2019.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça

Assunto: Cadastro de assunto referente as ações penais que envolvem "crimes previstos na lei de organização criminosa"

Despacho nº 5003 / 2019 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Cuida-se de procedimento instaurado pelo Juiz Auxiliar desta Corregedoria, Leandro Leri Gross, por meio do despacho de ID n.º 0561876, com o objetivo de verificar, bem como de retificar as inconsistências no cadastro de assunto referente as ações penais que envolvem "crimes previstos na lei de organização criminosa", nos termos da Lei n.º 12.850/2013.

2. Sendo assim, à GEFIJ e à GEAX para cumprimento.

3. Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco, 04 de abril de 2019.

Desembargador Júnior Alberto
Corregedor-Geral da Justiça

Processo Administrativo nº: 0002028-73.2019.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça

Assunto: Auxílio nas Varas Criminais de Rio Branco

Despacho nº 5165 / 2019 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado visando a designação de juizes para realizarem audiências de instrução e julgamento na 1ª e 4ª Varas Criminais e na Vara de Delitos de Organização Criminosa desta Comarca, sem prejuízo de suas funções jurisdicionais.

2. Acato na íntegra as sugestões enumeradas pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria no evento 0564371.

3. Diante disso, adoto as seguintes providências:

a) Solicite-se da Presidência deste Tribunal a designação do Juiz de Direito Alex Ferreira Oivane, Titular da Vara Única da Comarca de Assis Brasil, para atuar na 4ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, sem prejuízo de suas atividades judicantes, pelo período de 06 (seis) meses, a contar de 15 de abril de 2019, visando integrar o projeto referido na Portaria nº 739/2019 (Id 0554942).

b) O envio dos autos aos Magistrados envolvidos para cumprimento do item 2 do evento 0564371.

c) À GEFIJ para os fins do item "3" e demais atos que lhe competir no evento 0564371.

d) À Juíza Auxiliar a Presidência para o que lhe competir no evento 0564371.

4. O pedido formulado no evento 0561671 será analisado após o cumprimento do item "2" do evento 0564371.

5. O presente serve como ofício.

6. Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco, 04 de abril de 2019.

Desembargador Júnior Alberto
Corregedor-Geral da Justiça

Processo Administrativo nº: 0002581-23.2019.8.01.0000

Local: Rio Branco

Unidade: GACOG

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça

Assunto: Disponibilização das escalas dos plantões das Comarcas de Mâncio Lima, Senador Guimard, Assis Brasil e Capixaba no site do Tribunal

Despacho nº 5134 / 2019 - Tribunal de Justiça do Acre/COGER/GACOG

1. Cuida-se de procedimento instaurado pela Gerência de Serviços Auxiliares desta Corregedoria, com o objetivo de comunicar a ausência de disponibilização da escala de plantões das Comarcas de Mâncio Lima, Senador Guimard, Assis Brasil e Capixaba, no site deste Tribunal, referente ao ano de 2019, nos termos do relatório apresentado no evento ID n.º 0562767.

2. Com efeito, nos termos do art. 2º, §6º, da Resolução 161/2011 do Tribunal Pleno Administrativo e art. 26, §6º do Provimento COGER 16/2016, a escala do plantão judiciário será divulgada no sítio do Tribunal de Justiça na Internet, no Diário da Justiça Eletrônico e afixada no átrio dos Fóruns e do Tribunal de Justiça, devendo nela constar os números de telefones que permitam a imediata localização do Magistrado e dos servidores escalados. "

3. Sendo assim, oficie-se às Diretorias dos Foros das Comarcas acima mencionadas, a fim de que providenciem, em 05 (cinco) dias, a disponibilização das escalas dos plantões referentes ao ano de 2019 no sítio eletrônico desta Corte, nos termos indicados no relatório de ID n.º 0562767.

4. Transcorrido o prazo para cumprimento da diligência determinada no item 3, retornem os autos à GEAX para nova verificação.

5. O presente serve como ofício.